

DETERMINANTES DA INFORMALIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE MICROECONÔMICA

PALOMA BEATRIZ BELCHIOR DE SIQUEIRA¹
PATRICIA DE MELO ABRITA BASTOS²

GT 1- REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL,
DINÂMICA ECONÔMICA E IMPACTOS NO
EMPREGO

¹ MESTRANDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

E-MAIL: palomabbsiqueira@gmail.com

CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0027526787916091>

² DOUTORA EM ECONOMIA APLICADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (2014), MESTRADO EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (2009) E GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (2006).

E-MAIL: patriciaabrita@gmail.com

CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2692240729098912>

DUQUE DE CAXIAS/RJ
2019

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo avaliar os determinantes da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Parte-se da premissa de que a Informalidade no Brasil deve ser analisada como um fenômeno relacionado com a condição de pobreza. Para determinar tal ocorrência utilizou-se o modelo logit para verificar os determinantes da informalidade. Foi encontrado uma relação positiva entre a informalidade e o recebimento do benefício proveniente do programa Bolsa Família. Concluindo-se, assim, que o trabalhador é prejudicado ao alterar as suas escolhas de oferta de trabalho, optando pelo informal e ficando excluído das garantias sociais decorrentes das leis trabalhistas. Verificou-se também que existe discriminação de pessoas não-brancas ao acesso a postos de trabalho formais, de gênero, em que mulheres ocupam mais postos informais do que homens em atividades laborais; além de também existir segmentação no mercado de trabalho, no que concerne à localização geográfica, em que existe uma maior proporção de trabalhadores informais em regiões que concentram um maior percentual de pobres no país, como a região Norte e Nordeste.

Palavras-chaves: informalidade, mercado de trabalho, Bolsa Família.

1- Introdução

No Brasil, o processo de desenvolvimento capitalista, expressou-se ao longo do século XX, principalmente nas décadas de 1930, por uma economia agroexportadora e na década de 1950, por uma economia industrial. Até meados dos anos 1970, a economia brasileira passou por um processo de crescimento econômico que permitiu a expansão do assalariamento urbano do país. Este processo de crescimento passou a ser revertido nos 1980, por motivos de crises macroeconômicas, sendo intensificado nos anos 1990 devido ao processo de desestruturação produtiva ocorrido no período, que intensificou os índices de informalidade no país.

Além disso, nos anos 1990, observou-se desregulamentações das leis trabalhistas, abertura comercial, intensificação do capital financeiro e desregulamentações das formas de trabalho conhecidas, mercado, principalmente, pelo aumento considerável da terceirização do trabalho. Essas políticas geraram ajustes no mercado de trabalho brasileiro, promoveram o aumento do desemprego e informalidade no país, associada a uma precarização das condições de vida e de trabalho. Essa conjuntura, que combina a elevação da taxa de desemprego e da precarização, amplia o espaço da informalidade na década de 1990, agravando a heterogeneidade presente na estrutura ocupacional do país.

Segundo Silva e Silva e Yazbek (2008), essas modificações promoveram impactos no mundo do trabalho, no nível da produção e no da reprodução. Com a finalidade de obter a flexibilização necessária à produção, surgiram novas exigências quanto ao perfil do trabalhador, em que os mais qualificados têm maior possibilidade de permanecerem no mercado de trabalho formal, e os que não preenchem os requisitos de qualificação se veem excluídos do mercado de trabalho formal, pois, com a redução dos postos de serviços no setor industrial e com os limites do setor de serviços, a maioria é obrigada a procurar emprego no mercado informal.

Neste âmbito, observa-se que a consolidação do mercado de trabalho no Brasil originou-se de forma segmentada, incorporando os trabalhadores de maneira bastante limitada, o que justifica os elevados índices de informalidade no país, uma vez que parte dos trabalhadores foram excluídos do acesso a postos de trabalho

formais. Dessa forma, o aumento do trabalho informal no país tem sido um desafio para governos interessados em fomentar políticas públicas que intensifiquem a oportunidade de emprego formal, ainda mais com qualidade, ou seja, com condições satisfatórias de bem-estar oferecidas aos trabalhadores, de forma a propiciar-lhes dignidade. (LIMA; COSTA, 2016, p. 5).

O termo informal encontra diferentes entendimentos devido as suas diversas matizes teóricos presentes nas literaturas até o momento. O conceito de informal nesta pesquisa está em consonância com os estudos desenvolvidos pelo *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC), em que a informalidade pode ser associada a atividades dotadas de uma precariedade tecnológica e organizacional, à baixa produtividade, à pobreza e à marginalidade decorrente do caráter periférico das formações capitalistas dos países subdesenvolvidos, marcada pela baixa rotatividade do capital e por serem países trabalho-intensivo.

Utiliza-se também nessa pesquisa da abordagem microeconômica para entender a questão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro com o intuito de analisar de que forma os indivíduos se inserem no mercado de trabalho e se variáveis como cor, gênero, região, escolaridade, recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, recebimento da aposentadoria, tipo de atividade, influenciam na forma de ocupação, formal ou informal, destes trabalhadores.

Segundo Curi e Menezes-Filho (2004), as situações encontradas na economia informal são geradoras de focos de tensões e desigualdades sociais devido ao maior grau de incerteza proporcionado pelo vácuo das regras legais ou consensuais, em um ambiente de maior intensidade competitiva. Nesse sentido, estudos realizados a respeito dos fatores que incentivam a informalidade, tornam-se relevante, devido ao fato de que essas atividades incentivam as desigualdades sociais e dificultam o progresso e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, mediante as ideias discutidas anteriormente, esta pesquisa, se propôs a entender quais são os determinantes da informalidade na economia brasileira, entendendo, o viés negativo, que essas atividades permeiam para a condição de pobreza de boa parte da população. Busca-se entender de que forma a pobreza e a informalidade se relacionam, levando em consideração o caráter

prejudicial das atividades informais, no longo prazo, já que os trabalhadores ficam desprotegidos das proteções advindas das leis trabalhistas. Utilizou-se o ano de 2014 como referência, com o intuito de não inculcar o caráter da crise econômica que o país enfrentou no período 2015-2016 na composição dos determinantes da informalidade no Brasil. Dessa forma, este estudo teve a pretensão de entender a real dimensão explicativa entre a informalidade e a pobreza, e, assim, propiciar um melhor entendimento sobre o tema para que a formulação de políticas públicas seja mais eficiente na redução dos fatores que estimulem a informalidade.

2- Mercado de trabalho informal no Mundo e no Brasil

Segundo Rafael Diez de Medina, diretor do Departamento de Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório publicado pela OIT, em 2018, mais de 61% da população empregada no mundo está na economia informal. A alta incidência de informalidade em todas as suas formas tem múltiplas consequências adversas para trabalhadores, empresas e sociedades, e é um importante desafio para a conquista do trabalho decente para todos.

Segundo este relatório da OIT, na África, 85,8% do emprego é informal. A proporção é de 68,2% na Ásia e no Pacífico, de 68,6% nos Estados Árabes, de 40% nas Américas, e pouco acima de 25% na Europa e na Ásia Central. No Brasil, o índice de informalidade no emprego total é de 46%. De maneira geral, 93% do emprego informal do mundo está nos países emergentes e em desenvolvimento. Dos 2 bilhões de trabalhadores informais do mundo, pouco mais de 740 milhões são mulheres, segundo a OIT (2018), lembrando que elas estão mais presentes nos mercados informais em países de baixa e média renda, onde estão em situação de maior vulnerabilidade.

Podendo o mercado informal ser entendido da seguinte maneira, por um modo de produção que agrega trabalhadores não declarados e nem reconhecidos, que não se beneficiam da legislação laboral nem de proteção social, sendo impossibilitados de desfrutar de seus direitos fundamentais, de os exercer ou de os defender. Em que as atividades informais, algumas vezes, podem ser entendidas pelas exiguidades ou indefinições dos locais de trabalho, por condições de trabalho que não garantem saúde e nem segurança, fracos níveis de qualificação e produtividade, rendimentos baixos e irregulares, longas horas de trabalho e falta de acesso à informação, aos mercados, aos financiamentos. Nesse sentido, os trabalhadores da economia informal podem caracterizar-se por diversos graus de dependência e de vulnerabilidade (OIT, 2018, p. 2).

Buscando entender a informalidade no Brasil, foi realizado um levantamento sobre o processo de formação do mercado de trabalho do país. Segundo Costa (2010), no Brasil, a lei nacional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, no dia 1 de maio de 1943, promulgada sob o governo de Getúlio Vargas, definiu os direitos individuais básicos de proteção ao trabalhador e à estrutura da representação de classe, ainda hoje vigentes no país. Resultado das pressões do movimento trabalhista, desde finais do século XIX, a CLT respondia à necessidade de incorporação política dos trabalhadores urbanos da indústria nascente que, em face de seu poder de organização, constituíam potencial de ameaça aos planos de desenvolvimento do Estado. Os sindicatos foram reconhecidos, mas o Estado tomou para si o completo controle administrativo e político de suas atividades. A contrapartida veio pela imposição legal às empresas de reivindicações trabalhistas elementares, objeto de décadas de luta.

Assim, no Brasil, de Vargas aos militares, como na Espanha de Franco, o Estado assumiu o papel central na regulação e mediação dos interesses de empregados e empregadores, controlando o conflito de classe. A barganha coletiva não teve nesses países a importância política e econômica alcançada nos países democráticos (COSTA, 2010, p. 515).

Nesse sentido, segundo Lima e Costa (2016), pode-se inferir que a consolidação do mercado de trabalho se origina de forma segmentada, visto que o marco legal de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), incorporava os trabalhadores de maneira bastante limitada. Primeiramente porque a legislação de direitos mínimos e de sindicalização deixava de fora grande parte dos trabalhadores rurais e os servidores públicos; e secundamente porque grande parte dos trabalhadores urbanos não gozou do *status* de emprego regulamentado e sobre qual o Estado definia as políticas de seguridade social.

A expansão industrial brasileira do pós 1930 e, sobretudo, dos anos 1950 e 1960 com a vinda das multinacionais, permitiu crescimento econômico e alguma mobilidade social das pessoas que migravam do campo para os centros urbanos, permitiu, também, que isso se desse, contraditoriamente, à custa de uma enorme diferenciação das ocupações e dos salários, impedindo que mudasse a desigualdade da estrutura de classe no país. Empregos e salários tornam-se, assim, muito antes do discurso contemporâneo, variáveis extremamente flexíveis de ajuste econômico, excluindo parcela considerável da população dos benefícios do crescimento e ampliando os bolsões de pobreza. É nesse sentido que, comparativamente à realidade da institucionalização do mercado de trabalho e das políticas de bem-estar dos países desenvolvidos, o Brasil jamais conseguiu criar uma classe média ampla com poder de consumo. (COSTA, 2010, p. 516).

Segundo Lima e Costa (2016), o foco na regulação como forma de definir questões envolvidas no mercado de trabalho é fortemente acentuado na década de 1970. Antunes (2000) comenta que os sinais dessa crise foram: a redução da taxa de lucro motivada, entre outros, pelo aumento do preço da força de trabalho e pelas lutas sociais ocorridas nos anos 1960; a incapacidade do modelo em se adaptar à retração de consumo gerada pelo desemprego estrutural que então começa a se manifestar; o aumento da esfera financeira, que inicia um processo de autonomização diante dos capitais produtivos, tornando-se o campo prioritário para a especulação; a concentração do capital gerada pelas fusões de empresas; e a crise do Estado de Bem-Estar Social, levando à retração dos gastos públicos.

Essa realidade é profundamente agravada nos anos de 1990 com a introdução das políticas neoliberais no país, quando o emprego informal, desprovido de qualquer direito, supera as estatísticas do emprego formal. A informalidade que se eleva nessa década ocorre devido à perda de dinamismo da economia nesse período. Segundo Cacciamali (2000) e Cacciamali (2011), essas transformações foram motivadas pela nova divisão internacional do trabalho que promoveram profundas mudanças estruturais na produção e no emprego. Para Krein e Proni (2010), o elevado nível da informalidade no Brasil nos anos 1990, pode ser compreendido à luz de dois fatores principais, pelo baixo crescimento econômico e instável e pelas transformações oriundas do capitalismo contemporâneo, que promoveram um processo de combinação entre a reorganização econômica e a mudança no papel do Estado e das instituições públicas, o que resultou em uma maior flexibilização das relações de trabalho.

Segundo Vasconcelos e Targino (2015), os anos 2000 promoveram uma reversão nos índices do mercado de trabalho. No período que compreende entre 2004 e 2013 ocorreu uma redução nos índices de informalidade, em que a proporção da população ocupada incrementada na ocupação formal aumentou em torno de 10,5 pontos percentuais, atingindo um índice de formalização de 51,5%, frente a aproximadamente 48,5 % dos postos de trabalhos no setor informal. Baltar, Krein e Leone (2009) destacam que tal tendência pode ser imputada tanto à atuação do Ministério Público do Trabalho, quanto a um melhor desempenho da economia,

em que se observou um crescimento mais intenso do emprego formal, mostrando que a enorme parte da informalidade está relacionada com a dinâmica econômica, o que corrobora a noção clássica de informalidade como expressão do baixo dinamismo econômico. Apesar da redução dos índices de informalidade nesta época a tendência à precarização das condições de trabalho ainda permaneceu como uma característica latente das condições do mercado de trabalho no país.

2.1- A influência do Programa Bolsa Família na escolha pela Informalidade

Uma outra característica relevante a ser considerada para o entendimento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, nos anos 2000, foram os programas de transferência de renda implementados pelo Governo nesse período. Dentre eles, pode-se destacar o Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003 no Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo um programa de transferência condicional, que visa melhorar as condições de vida das famílias pobres.

O PBF é um programa de transferência de renda condicional, isto é, para receber o benefício do programa, a família tem que ser elegível em detrimento de um determinada nível de renda domiciliar *per capita*. Tendo os seguintes critérios de elegibilidade, em 2014:

i) As famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal de até R\$77,00 (setenta e sete reais) por pessoa;

ii) As famílias pobres, entendidas como aquelas com renda mensal entre R\$77,01 e R\$ 154,00 (cento e cinquenta reais) por pessoa, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ente 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos

O programa bolsa família tem dois tipos de benefício:

i) O benefício básico, no valor de R\$77,00 (setenta reais), concedido a famílias em situação de extrema pobreza independente da composição e do número de membros do grupo familiar;

ii) O benefício variável, no valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por beneficiário, concedido as famílias pobres e extremamente pobres, que tenham sob sua responsabilidade gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos, até o máximo de três beneficiários por família.

Dessa forma, as famílias em situação de extrema pobreza poderão acumular um benefício de até R\$182,00 mensais (R\$77,00 do benefício básico mais R\$105,00 do benefício varável). As famílias consideradas pobres receberão um benefício de até R\$105,00.

Nesse sentido, observa-se que o recebimento do Programa Bolsa Família depende de dois critérios principais, a renda domiciliar per capta (RDPC) e a idade do filho mais novo. Dessa forma, alguns chefes de família podem optar por escolher

ocultar a sua renda, por meio do emprego informal, como uma forma de continuar elegível para o recebimento do benefício.

Barbosa e Corseiul (2012) buscam entender de que forma a renda *per capita* domiciliar (RDPC) e a idade do filho mais novo impactam na decisão de oferta de trabalho do chefe domiciliar. Para isso, consideram o seguinte modelo de regressão, que relaciona a escolha ocupacional do chefe do domicílio i (Y_i) com participação no PBF (T_i) e idade do filho mais novo no último dia do ano anterior (I_i) como representado na Equação 1:

$$Y_i = \alpha_1 + \beta_1(I_i - c) + \lambda_1 T_i + \gamma_1 T_i + (I_i - c) + \delta X_i + \varepsilon_i$$

Em que, c é uma constante de normalização que denota a idade-limite do filho mais novo para a elegibilidade do domicílio; X denota eventuais controles a serem inseridos no modelo. O parâmetro de interesse λ_1 , que representa o efeito da participação no programa na escolha ocupacional.

Os autores utilizam um modelo de regressão com descontinuidade difusa, que mostra a participação no programa (T) no ano de referência como função do hiato que separa a idade do filho mais novo da marca dos 16 anos completos em 31 de dezembro do ano anterior ao ano de referência. Ao aplicar o modelo de regressão com descontinuidade difusa, em que Barbosa e Corseiul (2012), observaram que a participação no programa cai abruptamente ao redor da marca correspondente ao limite para um dos critérios para elegibilidade. Em que se supõe que é na idade do filho mais novo ao redor da faixa dos 16 anos que se tem a variação exógena que desloca T , tudo mais mantido constante, permitindo então mensurar o efeito do PBF.

Para a estimação consistente do parâmetro λ_1 , supõe-se que o PBF afeta de maneira uniforme na decisão ocupacional dos indivíduos. Nesse contexto, as seguintes propriedades para domicílios em que filhos mais novos tem idade em torno de c são suficientes para a identificação do parâmetro de interesse. Segundo as Equações (2) e (3):

$$E[\varepsilon_i | I_i = c^-] = E[\varepsilon_i | I_i = c^+] = 0$$

$$E[T_i | I_i = c^-] \neq E[T_i | I_i = c^+]$$

Em que, c^- (ou c^+) denota idades próximas a c , porém maiores ou menores que o valor exato. Barbosa e Corseiul (2012) comprovaram a partir da equação (1) que a identificação segue a seguinte razão, de acordo com a Equação (4):

$$\lambda_1 = \{E[Y_i|c^-] - E[Y_i|c^+]\} / \{E[T_i|c^-] - E[T_i|c^+]\}$$

Barbosa e Corseiul (2012) exploram o contraste entre indivíduos com idade bem próximo ao limite de elegibilidade, em que a variação na elegibilidade para esses indivíduos induz a variação exógena na participação no PBF, que por sua vez, induz um efeito causal na probabilidade de estar empregado no setor formal.

No que concerne a questão da renda domiciliar *per capita* (RDPC), Barbosa e Corseiul (2012) utilizam-se de uma função da utilidade obtida pelo chefe do domicílio em ambientes de rendas obtidas por meios formais ou informais de trabalho. Em que a utilidade do chefe do domicílio no setor informal é dada por:

$$U(w_i) = w_i + P \tag{5}$$

Em que “P” significa o recebimento de algum benefício de transferência de renda pelo Governo. Então a utilidade do chefe do domicílio no setor formal é dada por:

$$U(w_f) = w_f + b.w_f + P.I(RDPC \text{ elegível}), \tag{6}$$

Em que $I(.)$ denota a função indicadora do recebimento do benefício, sendo igual a um se a condição entre parênteses for atendida e zero caso não seja atendida. Nesse sentido, conforme a equação 6, Barbosa e Corseiul (2012) demonstram que o benefício só é concedido se o salário ofertado no setor formal não afetar a elegibilidade do domicílio.

Dessa forma, o emprego no setor formal ocorre dentre as seguintes alternativas:

$$a) \quad I(RDPC \text{ elegível}) = 1, \quad w_f(1+b) > w_i; \tag{7}$$

$$b) \quad I(RDPC \text{ elegível}) = 0, \quad w_f(1+b) > w_i + P; \tag{8}$$

Analisando as equações acima observa-se que o chefe da unidade domiciliar escolhe ofertar trabalho no setor formal quando a renda proveniente deste setor for maior do que a renda proveniente do setor informal. Nesse sentido, para Barbosa e Corseiul (2012), em um ambiente com programas de transferência de renda, existe um maior estímulo para que os indivíduos se encontrem ofertando trabalho no setor informal. Observado pela Equação (9):

$$w_i < w_f(1+b) < w_i + P \tag{9}$$

Dessa forma, o indivíduo escolherá a ocupação formal em um ambiente sem programas de transferência de renda e a ocupação informal em um ambiente com a presença de programas de transferência de renda. Podendo-se então comprovar que os programas de transferência de renda afetam na decisão da oferta de trabalho no setor informal, dado que as escolhas não são alteradas pela presença dos programas em nenhuma outra situação.

3- Metodologia

3.1- Determinantes da informalidade

Para determinar o setor a que o indivíduo está inserido, se formal ou informal, utilizou-se uma variável binária denominada informalidade, que foi elaborada a partir da classificação daqueles que não têm carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores para o próprio consumo e uso próprio e trabalhadores não remunerados como informais, os remanescentes serão formais, a partir dos dados obtidos na PNAD 2014. Aplicou-se o modelo logit para verificar os determinantes da informalidade, bem como comprovar a predição teórica de que o bolsa família altera o universo de escolha dos trabalhadores.

Segue abaixo, o modelo estimado:

$$\begin{aligned} informalidade_i = & \beta_0 + \beta_1 edu_i + \beta_2 BFD_i + \beta_3 amar_pardD_i + \\ & + \beta_4 preta_ind_i + \beta_5 naagricolaD_i + \beta_6 sudeste_i + \beta_7 sulD_i + \beta_8 centro - oesteD_i + \\ & + \beta_9 norteD_i + \beta_{10} sexoD_i + \beta_{11} aposentD_i + \beta_{12} filho_peqD_i + \mu_i \end{aligned}$$

em que: i representa o i-ésimo indivíduo na amostra.

Tabela 1- Descreve em detalhes as variáveis utilizadas no modelo Logit.

Parâmetros	Variáveis	Sinais	Descrição das variáveis
Y_i	$informalidadeD_i$	+	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo i no período t é classificado como informal e 0 caso contrário;
β_1	$eduD_i$	-	Anos de estudo do indivíduo i ;
β_2	BFD_i	+	Conjunto de variáveis <i>dummy</i> para identificar o recebimento do Bolsa família, assume valor 1 se recebeu a transferência e zero caso contrário;
β_3 ; β_4	ama_pardD_i ; $preta_indD_i$	+	Conjunto de variáveis <i>dummy</i> para descrever cor ou raça dos indivíduos, divididas em Branca, Preta e Indígena, Parda e Amarela. A cor branca foi utilizada como base;
β_5	$naagricolaD_i$	+	Variável <i>dummy</i> para indicar o ramo de atividade, agrícola ou não-agrícola. Agrícola é a variável base;
β_6 ; β_7 ; β_8 ; β_9 ;	$sudesteD_i$; $sulD_i$; $centro - oesteD_i$; $norteD_i$	+	Conjunto de variáveis <i>dummy</i> para descrever as regiões geográficas do Brasil, divididas em Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Sul, sendo a região Nordeste a base;
β_{10}	$sexoD_i$	+	Variável <i>dummy</i> para gênero, em que a categoria base é o sexo feminino;
β_{11}	$aposentD_i$	-	Variável <i>dummy</i> para indicar se o indivíduo i no período t recebeu aposentadoria;
β_{12}	$filho_peqD_i$	+	Variável <i>dummy</i> para indicar se existe na família crianças entre 0 a 14 anos idade.
μ_i	.	.	Termo de erro aleatório.

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da PNAD 2014.

A partir da Equação (12) é possível determinar os fatores socioeconômicos que mais impactam para a informalidade³. Em outras palavras verificar se as condicionantes como raça, gênero, região de residência, escolaridade, entre outras, influenciam a decisão do indivíduo de ser informal ou formal ao longo do tempo.

Para as variáveis *dummies* relacionadas ao Bolsa Família espera-se encontrar um sinal positivo o que permitirá constatar a importância do recebimento da assistência no presente nas chances do indivíduo se manter informal. No sentido que, o efeito dos programas de transferência de renda constitui em um efeito renda: em que com uma renda extra, os indivíduos usufruiriam de uma maior disponibilidade de todos os bens. Assim, o efeito renda aumentaria a demanda por todos os bens normais, sejam bens de consumo e ou o lazer (supondo que este último seja normal). Além deste efeito renda e seus impactos no salário reserva, deve ser considerado a tentativa dos beneficiários em ocultar a sua verdadeira renda, atitude esta que será facilitada se estiverem no setor informal.

As *dummies* para cor permitirão identificar se existe algum tipo de segmentação por cor ou raça, espera-se um valor negativo para a cor branca e positivo para os pardos e amarelos devido a discriminação racial no país. Cor é uma variável importante para explicar diferenciais salariais no mercado formal, no qual indivíduos com a mesma qualificação recebem salários diferentes dado a sua cor. Por auferirem uma renda inferior no mercado formal estes indivíduos possuem estímulos para migrarem para o setor informal.

Já a *dummy* para o setor de atividade permite verificar se existe probabilidade maior do indivíduo ser informal no setor agrícola ou não agrícola, onde espera-se que os agrícolas sejam mais propensos à informalidade. As *dummies* de região permitirão constatar em quais regiões o impacto da informalidade é maior, espera-se que nas regiões mais pobres a incidência do informal seja mais elevada.

A variável de gênero poderá destacar algum tipo de segmentação por sexo, onde espera-se maior impacto sobre as mulheres devido às características

³ A seleção das variáveis da equação (12) foi baseada em Teixeira (2010), Hoffmann e Simão (2005), Scorzafave e Menezes Filho (2001).

socioeconômicas do mercado de trabalho brasileiro. Gênero é uma variável importante para explicar diferenciais salariais no mercado formal, no qual indivíduos com a mesma qualificação recebem salários diferentes dado o seu sexo. Por fim apresenta-se duas variáveis relacionadas à vulnerabilidade da família, a incidência de crianças pequenas (crianças entre 0 a 14 anos idade). O trabalho formal exige mais que o trabalho informal em termos de flexibilização de horários, criança pequena exige maior tempo de dedicação para o seu cuidado, nesse sentido as pessoas podem optar pelo mercado informal com intuito de estar mais perto de seus filhos, ademais pessoas com crianças pequenas tem mais chance de serem elegíveis ao Bolsa Família.

Os dados da pesquisa serão obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). No presente estudo os dados utilizados serão referentes ao ano de 2014 da PNAD. Com o intuito de não incurrir o caráter da crise econômica que o país enfrentou no período 2015-2016 na composição dos determinantes da informalidade no Brasil.

Resultados

4.1- Analisando os determinantes da informalidade no Brasil

Nesta subseção será apresentada uma análise referente aos determinantes da informalidade no mercado de trabalho. Verificou-se que existe discriminação de pessoas não-brancas no acesso a postos de trabalho formais; de gênero em que mulheres ocupam mais postos informais do que homens nestas atividades; além de também existir segmentação no mercado de trabalho, no que concerne à localização geográfica, existindo uma maior proporção de trabalhadores informais em regiões que concentram um maior percentual de pobres no país, como o Norte e Nordeste.

Os dados apresentados na Tabela 2, para o ano de 2014, apresentam as seguintes informações. A função do LR qui-quadrado é semelhante a do teste F convencional, em que o teste realizado indica se os coeficientes das variáveis independentes são conjuntamente significativos ou não para explicar a probabilidade de as pessoas estarem trabalhando no setor informal. No caso das amostras observadas, analisa-se que as variáveis explicativas, são conjuntamente 17,12% significativas para explicar a probabilidade de as pessoas se encontrarem no setor

informal. De modo geral, o modelo previu corretamente 89,54% das mais de 7,428.584 milhões de observações.

	Coefficiente	erro padrão	Z	P>z	Efeito Marginal
Constante	-3,024253	0,0037596	-804,99	0,000	-
Educação	0,0807473	0,0002715	297,41	0,000	0,0089646
Pretas e Indígenas	0,6420556	0,0002715	158,73	0,000	0,0861717
Amarelas e Pardas	0,3582406	0,0027737	129,16	0,000	0,0409739
Gênero	0,3384084	0,0033091	102,27	0,000	0,0411817
Criança	0,2852846	0,0033692	84,67	0,000	0,0342872
Bolsa Família	0,5842867	0,0068996	84,68	0,000	0,0793079
Sudeste	-0,0021996	0,0031456	-0,70	0,000	0,0093167
Sul	0,0593727	0,003969	14,96	0,000	0,0002442
Centro-oeste	0,1508624	0,0052341	28,82	0,000	0,0066845
Norte	0,1989497	0,0057268	34,74	0,000	0,017593
Agrícola	4,340805	0,004581	954,42	0,000	0,7946976
Aposentadoria	-0,0028569	0,0001155	-24,74	0,000	0,0236154

LR $\chi^2=17,121,299.37$

Prob> $\chi^2= 0,0000$

Pseudo $R^2=0,2628$

Número de observações= 7,428.584

Corretamente = 89,54%

Tabela 2- Resultado do modelo Logit, a partir dos dados da PNAD 2014 e do STATA
Fonte: Elaboração da Autora, a partir de dados da PNAD 2014.

A probabilidade do qui-quadrado (χ^2), indica a frequência com que um determinado acontecimento observado em uma amostra se desvia ou não da frequência com que ele é esperado. No caso abordado, verifica se os resultados obtidos no modelo se desviam ou não dos valores esperados. Para isso, utilizam-se duas hipóteses, a hipótese nula ou H_0 , em que as frequências observadas não são diferentes das frequências esperadas, isto é que os coeficientes sejam iguais a zero, e a hipótese alternativa ou H_1 , em que as frequências observadas são diferentes das frequências esperadas, isto é, os coeficientes diferentes de zero. Observa-se que a probabilidade χ^2 é igual a zero, nesse sentido pode-se inferir que não se rejeita a hipótese nula, isto é, não se rejeita a hipótese de que todos os coeficientes sejam

iguais a zero. Portanto, os resultados obtidos não se desviam dos resultados esperados nesse modelo.

A explicação do pseudo R^2 é a de que ele se aproxima do verdadeiro R^2 , em que R^2 significa uma medida de ajustamento de um modelo estatístico generalizado, variando entre 0 e 1, indicando em porcentagem, o quanto o modelo consegue explicar os valores observados. No caso dos resultados observados, analisa-se que 26,28% da variação da variável dependente, a informalidade, pode ser explicada pelas variações independentes desse modelo.

Segundo Gujarati e Porter (2011), o valor-p é o menor nível de significância que uma hipótese nula pode ser rejeitada, em geral define-se esse valor em 1%, 5% ou no máximo em 10%. Nessa pesquisa, se estabeleceu que a 5% de significância o valor $P > |z|$, se as variáveis independentes são estatisticamente significativas ou não. Nesse recorte, para a variável ser estatisticamente significativa individualmente, o p-valor relativo ao teste z, tem que ser igual ou menor a 0,05. Dessa forma, analisando individualmente as variáveis pelo seu p-valor relativo ao teste z observamos que todas são estatisticamente significativas a 5% de significância.

Apesar de o coeficiente estimado, em relação a variável educação, ter sido positivo não concordando, assim, com a teoria do capital humano, de que aumentos em investimento educacionais influenciam positivamente para às chances de os indivíduos estarem trabalhando no mercado formal, não foi possível, inferir, nesta pesquisa, o real efeito dessa variável. No sentido, em que, houve um aumento do acesso à educação por boa parte da população brasileira, contudo, não é possível determinar se esse aumento foi de quantitativo ou qualitativo. Dessa forma, se observa a necessidade de estudos posteriores mais específicos para verificar qual o real dimensionamento dessa variável sobre a informalidade.

No caso das variáveis de cor apresentadas, estas expressam valores positivos para as pessoas consideradas pretas, indígenas, amarelas, pardas e valor negativo para as pessoas consideradas brancas, expressa na constante do modelo. O que indica que pessoas negras, pardas, indígenas e amarelas têm a maior probabilidade de estarem trabalhando no setor informal. Esse resultado era esperado, pois, o mercado brasileiro é marcado por uma forte discriminação da cor de pele. Em termos marginais, em 2014, o fato de as pessoas serem negras ou indígenas

aumentam as chances de elas estarem trabalhando no setor informal em 8,61 pontos percentuais, e o fato das pessoas serem pardas ou amarelas aumentam as chances de estarem trabalhando em atividades informais cerca de 4,09 pontos percentuais.

Com isso, pode-se inferir que existe discriminação de cor evidenciada pela maior participação dos negros e indígenas em trabalhos informais. O que pode ser inerente ao processo histórico da formação da sociedade brasileira que justifica a maior dificuldade desses indivíduos a ingressar em postos de trabalho formais.

Segundo Araújo e Lombardi (2013), as atividades informais congregam mais negros, principalmente em atividades domésticas e trabalhos sem carteira assinada. Os autores classificam que 55,7% dos trabalhadores informais são negros.

Para o período analisado, a variável de gênero apresentou coeficiente positivo, o que indica que mulheres tem a maior probabilidade de estarem trabalhando no setor informal. Esse resultado era esperado já que o mercado de trabalho brasileiro é marcado por uma discriminação de gênero, em que as mulheres culturalmente recebem salários menores e se encontram trabalhando em postos de trabalhos classificados como piores do que aos dos homens. Em termos marginais, de acordo com a Tabela 2, as chances de as mulheres se encontrarem trabalhando em atividades informais são 4,12 pontos percentuais maiores do que as chances de homens estarem trabalhando no setor informal.

Dessa forma, comprova-se a existência de uma característica do mercado de trabalho brasileiro existir discriminação de gênero, na qual as mulheres culturalmente ficam a cargos de trabalhos menos qualificados e com menores remunerações, como os de empregada doméstica, ambulante, trabalhos por conta própria ou trabalhos sem remuneração. Nesse sentido, devido aos rendimentos menores obtidos nos trabalhos formais, desconsiderando o grau de instrução, algumas mulheres podem optar por trabalhos temporários com o intuito de manter a renda da unidade domiciliar e os cuidados do lar, levando em consideração a dupla jornada de trabalho feminina.

Para Araújo e Lombardi (2013), a desigualdade de gênero é reforçada a medida que mais mulheres do que homens se colocam em postos de trabalho desprotegidos e vulneráveis, já que, segundo os autores, o informal absorve mais mulheres do que

homens, segmento sabidamente heterogêneo, em termos de atividade, remuneração e qualificação.

Destaca-se também que a presença de criança na família aumenta a sensibilidade feminina em ofertar trabalho no informal. O que pode ser entendido pelo coeficiente estimado da variável criança ser positivo, indicando que na presença de criança na família a probabilidade de a mãe estar trabalhando em atividades informais é maior. A explicação dada para tal ocorrência é que em nossa sociedade culturalmente é a mãe quem cuida dos filhos, com isso, na presença de crianças pequenas existe uma maior probabilidade de a mãe estar trabalhando por conta própria ou em outras atividades consideradas informais com o intuito de complementar a renda da casa e cuidar da criança. Em termos marginais, quando existe criança na família as chances de ser informal é maior cerca de 3,42 pontos percentuais do que se não existisse criança no domicílio.

No que concerne ao efeito do Programa Bolsa Família, ao considerar os resultados obtidos nessa pesquisa, observa-se que há a confirmação da predição teórica de o que o recebimento do benefício proveniente do programa altera a percepção do trabalhador em relação a sua alocação entre os postos de trabalho formal e informal. Existe uma relação positiva entre o recebimento do benefício e a informalidade. O que pode ser inferido por meio da análise do coeficiente positivo apresentado, na Tabela 2. Em que, na presença do recebimento do programa aumentam-se às chances de os indivíduos estarem trabalhando em atividades informais em 7,93 pontos percentuais em relação aos que não recebem o benefício.

Esse resultado positivo era esperado, uma vez que na presença do benefício o universo de escolha dos trabalhadores pode ser alterado. No sentido em que, com o intuito de continuarem elegíveis para receberem o benefício e manter a renda proveniente do programa, alguns indivíduos optam por trabalharem em atividades informais devido a maior facilidade de burlar a sua verdadeira renda, o que seria dificultado se eles trabalhassem em atividades formais devido a legalização por meio da assinatura da carteira de trabalho dessas atividades.

Para Barbosa e Corseiul (2012), em um ambiente com programas de transferência de renda, existe um maior estímulo para que os indivíduos se encontrem ofertando trabalho no setor informal. No qual, o indivíduo escolherá a

ocupação formal somente em um ambiente sem programas de transferência de renda, e a ocupação informal, em um ambiente com a presença de programas de transferência de renda.

No que concerne às variáveis referentes as regiões brasileiras observa-se que existe uma tendência positiva na explicação da informalidade para as regiões brasileiras com exceção da região Sudeste. Em termos marginais, observa-se que o fato de as pessoas estarem residindo nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte aumentam as chances delas estarem no informal em 0,02; 0,67 1,75 pontos percentuais, respectivamente. Por outro lado, o indivíduo residir na região sudeste reduz as chances de estar trabalhando no setor informal em 0,09 pontos percentuais.

Dessa forma, entende-se que regiões tradicionalmente consideradas mais pobres, como a região Norte, tendem a concentrar um maior número de trabalhadores no setor informal, enquanto regiões com melhores índices socioeconômicos, como o Sudeste, as chances de ser informal se reduzem. Isso se explica também pelas diferenças regionais e pela concentração de renda no território brasileiro, em que regiões, como a sudeste, por apresentarem, apesar de reduzido, ainda um forte setor industrial, concentra a maior parte da renda nacional e dos postos de trabalhos formais.

De acordo com Pereira *et. al.* (2014), o comportamento regional diferenciado reflete, em larga medida, o contexto em que ocorreu o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, com o desenvolvimento das atividades urbanos-industriais se restringindo sobremaneira na região centro-sul. Nesse sentido, as disparidades regionais são marcantes em relação à posse de carteira de trabalho assinada pelos trabalhadores, no Sudeste, o percentual de empregados com carteira assinada chega a 48,5%, diversamente o Nordeste exhibe apenas 25,9% (IBGE,2013).

Com relação ao tipo de atividade, agrícola ou não agrícola, no período de 2014, observa-se uma relação positiva entre a informalidade e as atividades consideradas agrícolas. Esse resultado positivo já era esperado, já que existe uma dificuldade na formalização destas atividades no Brasil. Em que, ao analisar-se o efeito marginal que essas atividades têm sobre a informalidade, observa-se que o fato de que um

trabalhador estar trabalhando em atividades agrícolas, aumenta as chances em 79,46 pontos percentuais dele ser informal em comparação as atividades não agrícolas.

A grande dificuldade enfrentada pelos trabalhadores rurais advém principalmente da falta de competitividade que os pequenos empreendimentos enfrentam frente às agroindústrias. Podendo-se citar fatores como a baixa competitividade de seus produtos, grande dificuldade de formalizar seus empreendimentos, baixo capital para investir no aumento de sua produção exercendo uma forte influência para a mão de obra empregada no meio rural estar no setor informal.

Para Busarello e Watanabe (2014), o elevado índice de informalidade no meio rural advém da dificuldade de se formalizar um empreendimento rural, devido aos altos custos tributários, rigor da vigilância sanitária e a dificuldade para se manter a escala de produção, sendo essas barreiras que precisam ser superadas para os produtores alcançarem a legalidade.

Um outro resultado importante obtido nessa pesquisa foi em relação às pessoas aposentadas e a informalidade. Observa-se uma relação negativa entre a informalidade e a aposentadoria, o que indica que na presença do benefício da aposentadoria a probabilidade de as pessoas que os receberem estarem em atividades informais é menor. O que era esperado, já que as pessoas que recebem o benefício da aposentadoria contribuíram ao longo de sua vida profissional com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), obtida por meio da assinatura da carteira de trabalho em atividades formais. Em termos marginais, o benefício da aposentadoria reduz as chances em 2,36 pontos percentuais do indivíduo estar no informal do que se ele não recebesse a aposentadoria.

5- Conclusões

Nesta pesquisa procurou-se analisar a questão da informalidade no Brasil, buscando entender quais são os determinantes desse fenômeno, no país, e a sua relação intrínseca com a condição de pobreza de parte da população brasileira. Por meio, dos resultados apresentados, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro pode ser entendido por ser discriminador, segmentado e seletivo. Entende-se que existe uma relação causal entre pobreza e informalidade, no sentido em que o fato

de as pessoas serem pobres as incentivam a trabalhar em atividades informais. Isso ocorre devido ao caráter seletivo do mercado de trabalho formal que exclui parcela da população devido as barreiras de entrada para trabalhar nestas atividades. Nesse sentido, o informal surge como um mecanismo de absorção da massa da população que não encontra emprego em atividades formais e vê no informal uma possibilidade de obtenção de renda e sobrevivência.

Uma característica importante a ser destacada neste estudo é a relação entre o Bolsa Família e a informalidade. A partir dos resultados obtidos, chega-se à conclusão de que o recebimento do benefício proveniente deste programa estimula as pessoas a entrarem e permanecerem na informalidade, sendo necessário considerar que no Brasil os benefícios para permanecer no formal são menores do que os obtidos para ingressar no informal. Com isso, as pessoas nas condições de pobreza e extrema pobreza são incentivadas a escolher o informal como mecanismo de sobrevivência e garantia de receber uma renda adicional, advinda desse programa, ficando, assim, à margem do mercado de trabalho formal e desprotegidos das garantias proveniente das leis trabalhistas.

Uma outra característica preocupante obtida nesse estudo foi a segmentação regional e a discriminação de cor. A segmentação regional, permite observar que as regiões tradicionalmente mais pobres como as regiões Norte e Nordeste apresentam uma maior predisposição a existência da informalidade como uma característica latente, o que estimula a perpetuação da pobreza nessas regiões. E a discriminação de cor, demonstra a realidade de alguns segmentos sociais que não foram incorporados ao progresso econômico e excluídos desse processo por causa da sua cor de pele, tendo maiores dificuldades em ingressar no mercado de trabalho formal.

A partir das discussões teóricas e dos resultados obtidos nesta pesquisa, observa-se que parte da população brasileira não tem acesso às atividades formais, seja por motivos de discriminação da cor de pele, segmentação de gênero e regional, baixos níveis de escolaridade, recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, entre outros motivos, citados aos longos desse estudo. Dessa forma, a partir do que foi discutido, chega-se à conclusão de que o grande prejudicado da natureza segmentadora do mercado de trabalho brasileiro são os cidadãos que se

sujeitam a trabalhos sem proteção social e que, no longo prazo, certifica a permanência dessas pessoas na condição de pobreza.

Nesse sentido, as discussões realizadas nesta pesquisa contribuem com a discussão e enriquecimento sobre a questão da informalidade no mercado de trabalho. Devido à complexidade do tema, as exposições realizadas ao longo desse estudo visam também a contribuição e o engajamento de novos estudos sobre esse fenômeno, com o intuito, de facilitar o seu entendimento e contribuir para a formulação de políticas públicas eficientes.

6-Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Angela M. C.; LOMBARDI, Maria R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil no início do século XXI. **Caderno de Pesquisa.**; São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-47, agosto de 2013.

BUSARELLO, Carla S.; WATANABE, Melissa. **A agricultura familiar e a informalidade: uma contribuição.** IV seminário de ciências sociais aplicadas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Santa Catarina, 2014.

BARBOSA, Ana Luiza N. H.; CORSEUIL, Carlos Henrique L. **Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil.** Texto para discussão, nº 1948, abril, 2014, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

CACCIAMALI, Maria C. **A economia informal 20 anos depois***. Disponível em :<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/871>. 1994.

COSTA, Márcia. **Relações de trabalho e os regimes contemporâneos de emprego na Espanha e no Brasil: um breve paralelo.** Salvador, v.17, n.54, p. 499-525, julho/setembro de 2010.

CURI, Andréa Z.; MENEZES-FILHO, Naércio A. **Os Determinantes das Transições Ocupacionais no Mercado de trabalho brasileiro.** Anais do XXXII Encontro Nacional da Anpec, 2004.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Daw C. **Econometria Básica: Quinta edição.** Porto Alegre, RS: AMGH Editora Ltda. 2011.

LIMA, Thales B.; COSTA, Márcia S. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de administração entre 2004 e 2013.** Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 5, Rio de Janeiro, Abr/Jun. 2016

LIMA, Ricardo. **Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação.** Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/497/439%3E>. 1980.

PEREIRA, A. M.; SILVA, R. S.; SILVA, P. R. **Desigualdades na informalidade: uma análise das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.** *Revista Desenvolvimento Social.* Edição Especial, 2014.

PRONI, Marcelo W.; GOMES, Darcilene C. **Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça.** *Estudos avançados* 29 (85), 2015.

SANCHES, Osmar. Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico. In: SOCIEDADE LATINO AMERICANA DE ECONOMIA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, Santiago. Anais... Chile: SEPLA, 2008. (CD-Room.).

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** Fonte: São Luís; Cortez; 2008. 207 p. tab, graf.

VASCONCELOS, Emanuelle A. S.; TARGINO, Ivan. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993-2013. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015